

A EDUCAÇÃO POPULAR NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO OFICIAL: UMA ALTERNATIVA POSSÍVEL?

Gercina Santana Novais¹

Não se trata de escolher entre cegueira e traição. Mas entre ver e fazer de conta que não viu ou dizer da dor que vejo para ajudá-la a ter fim, já faz tempo que escolhi. (Thiago de Mello)

RESUMO: *Os currículos tradicionais das instituições de ensino público silenciam determinados saberes e culturas, transformando capitais cultural e lingüístico em indicadores para a aprovação ou reprovação. E, ao se impor produtos acabados da ação cultural, elimina-se o gesto criador e comunicador das histórias de sujeitos ou grupos sociais, dificultando a construção e a valorização das identidades socioculturais. Também, ao se negar a pluralidade das histórias dos indivíduos e a sua participação em determinados grupos sociais na construção de bens culturais, científicos e econômicos, tem-se a construção do fracasso de determinados grupos sociais. Entretanto, há possibilidades de desenvolvimento de outros tipos de educação nas instituições públicas, resgatando experiências de teorias e fazeres do educador(a), vinculando-os às práticas políticas populares.*

INTRODUÇÃO

A educação tradicional, em desenvolvimento na maioria das instituições de ensino público, possui currículos que silenciam determinados saberes e culturas, por conseguinte, potencializam determinado capital cultural e lingüístico, transformando-os em indicadores para aprovação ou reprovação de alunos(as).

Ademais, quando impõe produtos acabados da ação cultural, a educação tradicional elimina a possibilidade do gesto educativo ser um gesto criador e comunicador das várias histórias de sujeitos ou grupos sociais, dificultando a construção e a valorização das identidades socioculturais. Além disso, parcelas significativas das instituições de ensino público - via de acesso das camadas populares ao ensino formal - mantêm práticas pedagógicas fundadas numa concepção de conhecimento a-histórico, pronto e neutro.

Desse modo, as propostas curriculares das referidas instituições negam a pluralidade de histórias de seus(suas) alunos(as) e ocultam os significados da participação de determinados grupos sociais na construção de bens culturais, científicos e econômicos. Conseqüentemente, tem-se a construção do fracasso escolar de determinados grupos sociais. Isto porque, a transmissão de conteúdos, valores e atitudes favoráveis à manutenção de um modo de relacionar com pessoas e com natureza, a divulgação da ideologia capitalista, a diminuição da auto-estima de determinados alunos(as), o comprometimento de parcelas dos(as) professores(as) com interesses contrários até mesmo à construção da profissão de educador(a) e às necessidades decorrentes de sua condição de assalariado dificultam o desenvolvimento da pessoa completa e a criação de processos simétricos de produção dos diferentes tipos de conhecimentos.

¹ Psicóloga, Mestre em Didática, Teorias de Ensino e Práticas Pedagógicas. Diretora de Extensão, na Universidade Federal de Uberlândia e membro da coordenação do Programa de Formação Continuada em Educação Popular.

É interessante observar que, nesse processo de negação de identidades, a lenda de Narciso é novamente reescrita e alterada, pois alguns docentes/discentes cultuam no espelho a imagem de um(uma) outro(a) e aprisionam-se nessa imagem.

Mas, outro tipo de educação é possível? É possível desenvolver nas instituições públicas de ensino formal uma educação popular? Em caso afirmativo, o que qualifica uma educação como sendo popular?

Para retomarmos, ainda que de forma sucinta, acontecimentos que compõem a história de junção do substantivo *educação* com o adjetivo *popular*, faz-se necessário o resgate de experiências que transformaram teorias e fazeres do(a) educador(a), vinculando-os às práticas políticas populares.

Aída Bezerra (1980) considera o período que vai, aproximadamente, de 1959 a 1964, talvez como o mais denso da educação popular no país. Mas, quais eram as características dos movimentos educativos desse período? Segundo a autora,

suas práticas estavam predominantemente voltadas para o exercício da cidadania, para a afirmação e o desempenho, pelas camadas populares (o povo), do papel que deveriam assumir no cenário e não para o desenvolvimento das capacidades produtivas da população/força-de-trabalho em busca de maior rendimento sócioeconômico (o progresso), marcas predominantes das práticas anteriores. (...) A nova proposta educativa continha a convocação de alinhamento dos grupos populares em um movimento de resistência ao imperialismo e ao esforço de pressão para a mudança das condições sociais existentes. (...) Enquanto as práticas anteriores se justificavam pelo estabelecimento de melhor padrão de funcionamento da sociedade (...), pela anulação das tensões sociais em nome do bem comum (...) disciplinar o preenchimento do papel social das camadas populares no interior do modelo de sociedade mantido pelas elites (BEZERRA, 1980, pp. 26-7).

Carlos Rodrigues Brandão (1980) reconhece que

a década de 60, que nos envolveu a todos com educação popular, foi o tempo de uma verdadeira reinvenção da criatividade e do compromisso da educação no Brasil. A produção do Método Paulo Freire dentro do Serviço de Extensão Cultural da Universidade Federal de Pernambuco; as experiências duradouras de uma "educação conscientizadora" entre lavradores de Minas Gerais [...], através do movimento de Educação de Base; a multiplicação de trabalhos culturais e pedagógicos feita pelos movimentos de Cultura popular (MCPs) e pelos centros de cultura popular (CPCs), promovidos pela UNE e

outras entidades regionais e locais do estudantado brasileiro; a montagem do Programa Nacional de Alfabetização pelo Ministério da Educação e Cultura (BRANDÃO, 1981, p. 12).

Cabe lembrar que o Programa Nacional de Alfabetização não chegou a ser desenvolvido e as práticas que compunham os projetos educacionais populares foram reprimidas após o golpe militar de 1964: sedes dos movimentos invadidas; educadores presos e exilados, dentre eles, Paulo Freire; Movimento de Educação de Base extinto pela igreja e pelo Estado; inovações didáticas ocultadas etc. (BRANDÃO, 1981, p.12)

Todavia, na medida em que grupos de educadores retomaram projetos de educação popular (ações localizadas e sem o caráter nacional dos programas de educação popular, desenvolvidos antes do golpe de militar de 1964), mantendo elementos das formulações de Paulo Freire, entre outros (as), e elaborando novos diálogos necessários para a concretização do trabalho, pode-se dizer que houve uma reinvenção da educação popular. É interessante sublinhar que, no processo de retomada dos projetos de educação popular, cresce a argumentação sobre a impossibilidade de desenvolver educação popular nas instituições formais de ensino. Percebemos, nas falas dos(as) educadores(as), a descrença com a educação desenvolvida pelas instituições de ensino oficial, a imagem dessas instituições como reprodutoras da ideologia dominante, a dificuldade em fugir do controle dos currículos escolares desenvolvido pelo Estado, e outros. Além do mais, a repressão a qualquer ação divergente do pensamento do Governo militar contribui para que as experiências de educação popular passassem a ser desenvolvidas como focos locais de resistência e fora dos espaços das instituições formais de ensino. Há, portanto, um movimento que sempre se constroi à margem da escola formal.

Nessa perspectiva, surge, na nossa memória, um projeto de alfabetização de adultos, fundamentado nas elaborações de Paulo Freire e desenvolvido com um grupo de moradores de uma favela localizada no Bairro Saraiva, no município de Uberlândia-MG. Este grupo não conseguia ler os comunicados do então prefeito, Sr. Virgílio Galassi, contendo ordem de retirada desse grupo do local em questão. O referido projeto desenvolvido por alunas do curso de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU)², sob a orientação de professores(as) desta faculdade, implementou algumas ações educativas, tendo em vista a autonomia moral, intelectual e econômica dos membros pertencentes ao grupo de moradores da favela. Todavia, é interessante registrar que essas experiências não eram incorporadas pela UFU, como elemento para pensar e planejar outros estágios curriculares desenvolvidos nas instituições de ensino oficial. Cabe destacar, ainda, que os(as) orientadores(as) desse projeto de educação popular fazem parte do grupo de docentes demitidos, na década de oitenta, pela instituição.

Temos razões para afirmar que a expressão educação popular para muitos significa a associação do projeto educativo aos interesses das classes populares. Além disso, o projeto de educação popular é desenvolvida por meio de grupos ou movimentos sociais, que vão criando uma espécie de rede paralela de ensino, alternativas pedagógicas que confrontam com ensino oficial e oferecem instrumentos de compreensão e transformação da realidade.

Thiago Adão Lara, em palestra proferida no Seminário de Educação Popular, em 24 de agosto de 2001 na Universidade Federal de Uberlândia, afirmou que *a educação popular é aquela*

² As alunas do curso de Psicologia envolvidas no referido projeto: Elizabeth Lima, Gercina Santana Novais, Lúcia Helena de Paula Meneses, Marisa de Paula Lomônaco e Mirian Andraus.

educação que vai contra tudo que está aí. [...] Pode ocorrer em qualquer espaço [...] na família, na escola, nos movimentos sociais (LARA, 2001).

Contudo, consideramos que a educação popular não só *vai contra tudo que está aí*, mas também indica que o proposto para substituto, necessariamente, deverá contribuir para valorizar a diversidade de expressão do ser humano e para o fim de qualquer tipo de opressão e discriminação. Neste contexto, é interessante perguntar: é possível realizar projetos de educação popular nas instituições oficiais de ensino? Como fazê-lo?

Educação Popular e Instituições de Ensino Público: Uma Equação Possível?

Partindo da constatação de que, na realidade brasileira, as camadas populares têm nas escolas públicas a única via de acesso ao ensino formal e, ainda, sendo esta clientela credora dos recursos do Estado, na medida em que cria riquezas, paga impostos etc, não deveria ser considerada como providência primeira transformar as ações educativas, ali desenvolvidas, em prática de exercício da capacidade de construir conhecimentos favoráveis à autonomia moral, intelectual e social da referida clientela?

As pesquisas sobre o cotidiano escolar desenvolvidas por Sonia Penin (1989); Justa Ezpeleta (1989) e Gercina Santana Novais (1995), entre outros(as), mostram que é falsa a percepção do cotidiano escolar como apenas um local de equilíbrio, de repetição etc, pois nele encontram-se, também, processos de resistência à cotidianidade. Assim, as instituições oficiais de ensino são locais de conflitos e de disputas.

É necessário, ainda, considerar que os representantes da classe dominante e seus(as) aliados(as) investem na elaboração de diretrizes e parâmetros curriculares, currículos, projetos de capacitação docentes, construção e aplicação de instrumentos nacionais de avaliação escolar, dentre outros itens, a fim de determinar quais conhecimentos devem ser considerados como válidos. É importante sublinhar que instituições internacionais, como o Banco Mundial, oferecem empréstimos para custear projetos de formação docente, porém exigem, além do pagamento desses empréstimos, a participação de empresas internacionais na concorrência para elaboração de materiais para a capacitação. Apresentam, também, indicadores para avaliar o processo de formação. Conseqüentemente, nos discursos oficiais, é possível reconhecer idéias expressas pelos representantes do capitalismo internacional, neles, a educação é definida como um serviço capaz de contribuir para a melhoria do processo produtivo. Além disso, o discurso da qualidade ocupa o centro das discussões oficiais.

Nessa perspectiva, as escolas públicas recebem a tarefa de realizar Planos de Desenvolvimento Educacional – PDE. Entretanto, o governo transfere a responsabilidade do financiamento das ações educativas para pessoas ou de voluntários, como o projeto *“amigos da escola”*, entre outros. Neste contexto, cumpre papel importante um tipo de gestão escolar, ou seja, a que não propicia a reflexão permanente dos objetivos das escolas, das teorias e das práticas ali presentes e seus(suas) beneficiários(as); não cria as condições para o desenvolvimento de uma educação democrática, para a participação autônoma e dirigente de educadores(as) e alunos(as) das escolas públicas. Diante desse quadro, é necessário potencializar os conflitos de interesses presentes no cotidiano escolar. Construir projetos educativos fundados na diversidade cultural, numa perspectiva de valorização das identidades de grupos que, até então, ocupam as instituições de ensino oficial como “estrangeiro”.

É interessante observar que o termo “popular” voltou a ser utilizado nos projetos educativos desenvolvidos por determinados governos municipais. A título de ilustração, citamos os projetos político-pedagógicos das prefeituras de Porto Alegre e de Gravataí, no Rio Grande do Sul. No projeto político-pedagógico da Secretaria Municipal de Gravataí, o termo educação popular qualifica a educação e indica processos de construção da educação pública e de qualidade. Ademais, para os titulares desse governo

é ocupando [...] os espaços públicos, em várias esferas da ação social, que estamos construindo, no cotidiano, as formas de resistência ao projeto globalizante do capitalismo. A decorrência é uma escola que forme cidadania através da prática cidadã, do diálogo e da construção coletiva do conhecimento, na qual as pessoas irão se sentir agentes de uma transformação que as fará, com orgulho, transformar seus sonhos em aprendizado, em projetos e, acima de tudo em realidade (Prefeitura Municipal de Gravataí, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1999, p.10).

A expressão “educação popular” aparece, também, no projeto-político pedagógico do Movimento dos Sem Terra (MST). Esse projeto vem assumindo caráter nacional, na medida em que seus princípios, diretrizes e metodologias têm inspirado várias experiências educativas, em desenvolvimento em diferentes assentamentos, localizados por diferentes áreas brasileiras.

É importante sublinhar o significado das parcerias, implementadas por Universidades e Movimentos Sem Terra, para o desenvolvimento de ações educativas. Algumas dessas parcerias têm possibilitado, entre outras coisas, a geração de novos conhecimentos, a redefinição de objetos de pesquisas acadêmicas e o anúncio de elementos que deverão fazer parte de um projeto de educação popular. Essas parcerias têm gerado, também, programas de formação de educadores(as) populares, tal como o Programa de Formação Continuada em Educação Popular desenvolvido, durante o ano de 2001, pela Universidade Federal de Uberlândia, por meio da Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis, em parceria com o Departamento de Educação do Movimento dos Sem Terra, Movimento de Educação Popular (MEP), Associação Paulo Freire, Futuro Pré-Vestibular Alternativo, Pastoral da Educação, Programa Municipal de Erradicação do Analfabetismo (PMEA) e Prefeitura Municipal de Uberlândia, por meio de sua Secretaria de Educação.

O Programa de Formação Continuada em Educação Popular possibilitou a apresentação e o debate de várias experiências educativas. Problematizando o conceito de educação popular, fez vir à tona vários temas envolvendo a construção e o desenvolvimento de projetos de educação popular e criou um espaço plural de aprendizagem. Mas, ainda assim, consideramos que foi frágil o diálogo do programa com os movimentos sociais e com os sindicatos dos profissionais das redes públicas de ensino. Diálogo este necessário para a construção de projetos em educação popular capazes de disputar com os projetos educacionais hegemônicos em andamento.

No contexto da educação popular, é importante destacar, também, o significado de Organizações Não-Governamentais (ONG) que, orientadas pelo compromisso de inclusão social, desenvolvem ações educativas ligadas ao ensino formal e informal.

No processo de construção de uma rede de educação popular, a realização do Fórum Mundial de Educação³ cumpriu importante papel, na medida em que possibilitou a apresentação e o debate sobre concepções político-pedagógicas desenvolvidas e orientadas para a inclusão. Espaço plural de reflexão, nele, educadores, sindicalistas, representantes de ONGs, estudantes, e pesquisadores, entre outros, reuniram para discutir a temática *A educação no mundo globalizado e a construção de uma sociedade justa, solidária e democrática*. O Fórum deu visibilidade às ações educativas desenvolvidas em diferentes lugares e, ao propiciar o diálogo entre os(as) diferentes, contribuiu para a construção de uma rede de educação popular, de caráter nacional e internacional, constituída de uma diversidade de experiências educativas, todas favoráveis à construção de relações humanas e de conhecimentos necessários para uma existência feliz.

Finalizando, cremos que o desenvolvimento de uma Educação Popular nas instituições oficiais de ensino pressupõe, também, a luta contra a fragmentação e a recusa das várias divisões presentes na vida das pessoas. Dentre essas divisões, ressaltamos a separação entre o saber produzido pelas instituições de ensino e o saber produzido pelas entidades representativas das classes populares e dos movimentos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues(org.). **A questão política da educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BEZERRA, Alda. **As atividades em educação Popular**. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). *A questão política da educação popular*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.

MELLO, Thiago. **Faz escuro, mas eu canto**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A, 1980.

NOVAIS, Gercina Santana. **O corpo da aprendizagem: um estudo sobre as representações de corpo de professoras da pré-escola**. São Paulo, USP, 1996. p.169. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

PENIN, Sonia T. de Sousa. **Cotidiano e Escola: a obra em construção**. São Paulo: Cortez, 1989.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAÍ. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. **Teoria & fazeres: caminhos da educação popular. Movimento de Alfabetização e integração social**. v. 6. Gravataí, 2001.

ROCKWELL, Elsie e Ezpeleta, Justa. **Pesquisa participante**. 2. ed. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1989.

³ O Fórum Mundial de Educação foi realizado no período de 24 a 27 de outubro de 2001, em Porto Alegre/RS (Brasil).